

Petros é reconhecida mais uma vez com o Prêmio Ouvidorias Brasil

Pelo segundo ano consecutivo, a Petros conquistou o Prêmio Ouvidorias Brasil, desta vez com o case **“A Ouvidoria e seu papel central na Governança - Tratamento de Denúncias e seu impacto na Integridade, Maturidade e Responsabilidade Social”**. Promovido pela ABRAREC (Associação Brasileira da Relações Empresa Cliente), o prêmio é concedido aos melhores cases inscritos e selecionados das organizações públicas e privadas do país e do exterior. O objetivo é reconhecer e fortalecer organizações e ouvidores/ombudsman no Brasil e no mundo.

O case da Petros é fruto de um trabalho que vem sendo conduzido ao longo dos dois últimos anos, envolvendo etapas importantes como a concepção de um novo modelo de tratamento de denúncias, a integração com a área de apurações, além do incentivo a um trabalho preditivo. O reconhecimento obtido reafirma o nosso compromisso com a ética e a governança, bem como com a atuação da nossa Ouvidoria no tratamento de denúncias. Tudo isso buscando a potencialização dos mecanismos de prevenção, detecção e responsabilização, e a intensificação de ações de proteção da Fundação.

Com transmissão online e ao vivo, a **cerimônia de premiação está prevista para o dia 14/3**, em São Paulo, data em que a ABRAREC irá comemorar o Dia das Ouvidorias.

O Prêmio Ouvidorias Brasil foi criado no início de 2012 pelos integrantes do Comitê Internacional de Ouvidoria da ABRAREC, em parceria com a ABO - Associação Brasileira de Ouvidores e o apoio da Editora Padrão para lançamento e divulgação do prêmio.

Petros ingressará com recurso na Justiça para garantir pagamentos da J&F

Em mais uma medida para proteger o patrimônio dos participantes, a Petros vai ingressar com recurso na Justiça com o objetivo de garantir o cumprimento do Acordo de Leniência firmado em junho de 2017 pelo Ministério Público Federal (MPF) e a J&F. Na condição de beneficiária do acordo de leniência, que foi consolidado pela sentença que homologou o acordo, a Fundação tem legitimidade para defender o recebimento dessa obrigação de pagamento. Neste sentido, a nossa equipe jurídica responsável pelo processo tem atuado para definir a melhor estratégia e garantir os direitos da Fundação e de seus participantes.

Conforme temos comunicado aos participantes, a decisão do ministro Dias Toffoli, do STF, de suspender o pagamento da multa do Acordo de Leniência da J&F, não é definitiva. Inclusive, a Procuradoria-Geral da República (PGR) já recorreu contra a decisão do ministro. É importante destacar que, desde a decisão que suspendeu o pagamento, a Petros vem mantendo conversas com a PGR e a Funcef, também beneficiária do acordo.

Do valor total da multa de R\$ 10,3 bilhões aplicada ao grupo J&F, R\$ 1,7 bilhão cabe à Petros e será paga ao longo de 25 anos. Até o momento, recebemos cerca de R\$ 133 milhões, valores que foram contabilizados nos planos PPSP-R, PPSP-NR, PP-3 e FlexPrev.

Cumprindo nosso dever fiduciário, seguiremos adotando todas as medidas cabíveis, administrativas e judiciais, para garantir os direitos da Fundação e de seus participantes ativos e assistidos (aposentados e pensionistas).

Assim como temos feito, manteremos todos informados sobre o Acordo de Leniência da J&F.

Saiba mais

13/9 - [Comunicado sobre Acordo de Leniência da J&F](#)

13/9 - [Comunicado sobre Acordo de Leniência da J&F](#)

24/8 - [Comunicado sobre Acordo de Leniência da J&F](#)

18/8 - [Esclarecimento sobre Acordo de Leniência da J&F](#)

11/8 - [Esclarecimento sobre Acordo de Leniência da J&F](#)

Fonte: [Petros](#), em 19.02.2024.